



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
Gabinete do Ministro

Esplanada dos Ministérios - Bloco U, 8º andar, Brasília/DF, CEP 70065-900
Telefone: (61) 2032-5039 / gabinete@mme.gov.br

Ofício nº 801/2019/GM-MME

Brasília, 13 de novembro de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada **SORAYA ALENCAR DOS SANTOS**
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados
Câmara dos Deputados, Primeira Secretaria
70160-900 – Brasília – DF

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em 19/11/2019 às 18h23	
Servidor	Ponto
ALFAMINHO	5876
Portador	

Assunto: **Requerimento de Informação nº 1445/2019.**

Senhora Primeira-Secretária,

1. Faço referência ao Ofício 1ªSec/RI/E nº 848/19, de 23 de outubro de 2019, da Câmara dos Deputados, relativo ao Requerimento de Informação nº 1445/2019, de autoria do Deputado Pedro Uczai (PT/SC), por meio do qual "... Solicita o envio de requerimento de informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, acerca do Programa de Remuneração Variável de diretores que especifica....".

2. A esse respeito, encaminho a Vossa Excelência a Carta CTA-PR-3266/2019 e anexos, de 5 de novembro de 2019, da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRAS, com esclarecimentos sobre o assunto.

Atenciosamente,

BENTO ALBUQUERQUE

Ministro de Estado de Minas e Energia



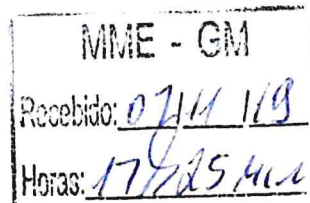
Documento assinado eletronicamente por **Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior**, **Ministro de Estado de Minas e Energia**, em 19/11/2019, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://www.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0341495** e o código CRC **06B84397**.

CTA-PR- 3266 /2019

S/Refs.: Ofício n.º 267/2019/ASPAR/GM-MME, de 24/10/2019.
(Processo n.º 48300.003339/2019-28)



Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2019.

Ao Senhor

Pedro Hugo Teixeira de Oliveira Júnior

Assessor Especial do Ministro para Assuntos Institucionais

Ministério de Minas e Energia — MME

Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 8º andar

70065-900 — Brasília — DF

Assunto: **Requerimento de Informação n.º 1445/2019, de autoria do Deputado Pedro Uczai.**

Senhor Assessor,

Em atendimento ao ofício em epígrafe, mediante o qual nos foi encaminhado o requerimento de informação em referência, enviamos as respostas às informações solicitadas, seguindo a itemização proposta.

a) Quais as metas e diretrizes estabelecidas para fixar a remuneração dos administradores (diretores, membros do conselho administrativo e conselheiros fiscais) das empresas que compõem o Sistema Eletrobras?

A Remuneração Variável dos Administradores (RVA) tem por objetivo contribuir para o estímulo e a canalização dos esforços do corpo diretivo das empresas Eletrobras, visando à consecução de metas estratégicas da companhia, em conformidade com as premissas instituídas pelo Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), e, ainda, em consonância com a legislação vigente.

É importante frisar que a seleção dos índices para a RVA prioriza indicadores-chave de desempenho sinalizados no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG), o qual, aprovado pelo Conselho de Administração da Eletrobras, possui abrangência quinquenal e possibilidade de revisão anual.

Nesse sentido, garante-se que os indicadores utilizados na RVA pelas empresas Eletrobras estejam alinhados com os objetivos estratégicos da *holding*, seguindo-se as melhores práticas de mercado.

Para a RVA de 2019, foram selecionados grupos de indicadores dos seguintes níveis, que refletem a natureza financeira, operacional, socioambiental, de governança e integridade empresarial, exemplificados na sequência:

- Nível Corporativo — “Lucro Líquido Ajustado”, “PMSO sobre a ROL Ajustada”, “Emissões Totais de GEE sobre a ROL”;
- Nível Colegiado — “Índice de Conformidade da Sest”; e
- Nível de Unidade de Negócios — “Índice de Sucesso de Projetos por Diretoria”.

Por fim, é importante ressaltar que a RVA é aplicada exclusivamente aos diretores. Os conselheiros de administração e fiscal não possuem metas e diretrizes variáveis, e a sua remuneração fixa é prevista no Estatuto Social da companhia.

b) Seja especificada a remuneração dos administradores e conselheiros fiscais, de forma detalhada e individual.

Em relação à remuneração dos administradores e conselheiros fiscais da Eletrobras, tecemos as seguintes considerações:

- A remuneração dos diretores, conselheiros e membros do Comitê de Auditoria é aprovada anualmente na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Eletrobras.
- A proposta de remuneração dos diretores, conselheiros e membros do Comitê de Auditoria é objeto de orientação da Sest, no âmbito do ME, para manifestação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) na AGO da Eletrobras. A competência da Sest em relação à remuneração dos administradores está prevista no artigo 98 do Decreto n.º 9.745/2019.
- Os conselheiros de administração da Eletrobras, de forma colegiada, têm a atribuição de aprovar a Proposta de Administração para a AGO na qual consta a proposição a ser apreciada pelos acionistas em relação à remuneração dos diretores, conselheiros e membros do Comitê de Auditoria.
- A remuneração dos diretores, conselheiros e membros do Comitê de Auditoria é aprovada em AGO pelo conjunto de acionistas. Os valores atuais foram aprovados na ata da 59.ª AGO da Eletrobras, disponível no site oficial da empresa.

Para o período de abril de 2019 a março de 2020, a AGO manteve os mesmos patamares remuneratórios dos diretores, conselheiros e membros do Comitê de Auditoria, a saber:

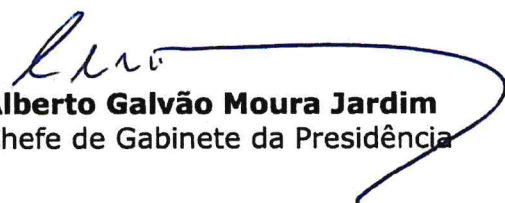
- Honorário fixo do Presidente — R\$ 52.335,71* (mensal);
- Honorário fixo de Diretor — R\$ 49.862,57* (mensal);
- Honorário do Conselho de Administração — R\$ 5.440,36 (mensal);
- Honorário do Conselho Fiscal — R\$ 5.440,36 (mensal); e
- Honorário do Comitê de Auditoria — R\$ 32.642,18 (mensal).

*Além do honorário, compõem o orçamento da Sest a expectativa de gratificação de férias, gratificação natalina, auxílio alimentação, auxílio moradia (Decreto n.º 3255/99), plano de saúde, seguro de vida, previdência complementar, auxílio transferência, quarentena, INSS (Decreto n.º 3.265/99), FGTS (Decreto n.º 99.684/90).

c) Cópia de inteiro teor do Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica — CGTEE.

A cópia segue anexa.

Atenciosamente,



Alberto Galvão Moura Jardim
Chefe de Gabinete da Presidência

Anexo: Laudo de Avaliação do Patrimônio Líquido Contábil da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica — CGTEE.

**Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de
2018, apurado por meio dos livros contábeis da
COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA**

Laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de 2018, apurado por meio dos livros contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE

1. Impacto Consultores Associados S/S sociedade estabelecida na cidade de Recife, na Rua João Fernandes Vieira, 190 – Salas 101/102, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 05.193.748/0001-71, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Pernambuco sob o n.º PE-000594/O-1, representada pelo seu sócio infra-assinado, Sr. Edilson Coelho da Silveira, contador, portador do RG n.º 1.441.866/SDS-PE, inscrito no CPF sob o n.º 054.911.264-20 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Pernambuco sob o n.º PE-009761/O-5, residente e domiciliado na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, com escritório no mesmo endereço da representada, nomeada pela administração da Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, para proceder à avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos.

Objetivo da avaliação

2. A avaliação do patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de 2018 da Geração Térmica de Energia Elétrica tem por objetivo a incorporação da Companhia Eletrosul Centrais Elétricas S.A – ELETROSUL pela CGTEE, uma Sociedade de Economia Mista integrante do grupo de controle da Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRAS, conforme disposto na Deliberação Del-212/2017, de 29 de setembro de 2017 do Conselho de Administração da ELETROBRAS, que referendou a Resolução da Diretoria Executiva 2.746/2017, aprovando a proposta de modelagem de incorporação da ELETROSUL pela CGTEE e determinou que se adotassem as providências necessárias para o início da reestruturação societária entre as subsidiárias ELETROSUL e a CGTEE, visando obtenção de sinergia operacional, tributária, econômico - financeira e societária, conforme diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de Negócios e Gestão - PDNG 2017/2021. A ELETROBRAS, enquanto acionista controladora da CGTEE e da ELETROSUL, decidiu proceder à incorporação da ELETROSUL pela CGTEE, com a versão da integralidade do patrimônio da ELETROSUL para a CGTEE, que sucederá aquela sociedade a título universal, em todos os seus bens, direitos e obrigações conforme

previsto nos artigos 224 a 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, (“Lei das S.A.”), de modo que a ELETROSUL será extinta, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A.

A incorporação da ELETROSUL pela CGTEE será feita na forma do art. 227, parágrafo 1º da Lei 6.404/76, pelo valor do seu patrimônio líquido.

Responsabilidade da administração sobre as informações contábeis

3. A administração da Companhia é responsável pela escrituração dos livros e elaboração de informações contábeis de acordo com as práticas contábeis brasileiras, assim como pelos controles internos relevantes que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de tais informações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia está descrito no anexo II do laudo de avaliação.

Alcance dos trabalhos e responsabilidade do contador

4. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre o valor contábil do patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018, com base nos trabalhos conduzidos de acordo com o Comunicado Técnico CTG 2002, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que prevê a aplicação de procedimentos de exame no balanço patrimonial para emissão de laudo de avaliação. Assim, efetuamos o exame do referido balanço patrimonial da Companhia de acordo com as normas contábeis aplicáveis, que requerem o cumprimento de exigências éticas pelo contador e que o trabalho seja planejado e executado com o objetivo de obter segurança razoável de que o patrimônio líquido contábil apurado para a elaboração de nosso laudo de avaliação está livre de distorção relevante.
5. A emissão de laudo de avaliação envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores contabilizados. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do contador, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante no patrimônio líquido, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o contador considera os controles internos relevantes para a elaboração do balanço patrimonial da Companhia para planejar os procedimentos que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. O trabalho inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração. Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Conclusão

6. Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor de R\$ -3.546.214.855,90 (três bilhões, quinhentos e quarenta e seis milhões, duzentos e catorze mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) negativos, conforme balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, registrado nos livros contábeis e resumido no anexo I, representa, em todos os aspectos relevantes, o patrimônio líquido contábil da Geração Térmica de Energia Elétrica, avaliado de acordo com as práticas contábeis brasileiras.

Recife, 18 de abril de 2019.

Impacto Consultores Associados
CRC PE-000594/O-1



Edilson Coelho da Silveira
Contador CRC PE-009761/O-5

Anexos

Anexo I
Balço Patrimonial
em 31 de dezembro de 2018
(em reais)

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa	77.850.999,64
Clientes	79.915.218,41
Almoxarifado	22.215.142,18
Outros	25.212.542,49

Total do Circulante **205.193.902,72**

Não Circulante

Realizável a Longo Prazo	256.936.559,85
Imobilizado e Intangível	1.114.176.701,36

Total do Não Circulante **1.371.113.261,21**

TOTAL DO ATIVO **1.576.307.163,93**

PASSIVO

Circulante

Fornecedores	156.283.033,83
Financiamentos e empréstimos	1.478.082.481,70
Tributos e encargos setoriais a recolher	170.569.127,64
Provisões para contingências	80.535.546,00
Outros	168.986.092,37

Total do Circulante **2.054.456.281,54**

Não Circulante

Fornecedores	16.554.569,94
Financiamentos e empréstimos	1.841.559.345,31
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.070.623.090,94
Outros	139.328.732,10

Total do Não Circulante **3.068.065.738,29**

TOTAL DO PASSIVO **5.122.522.019,83**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	845.509.600,83
Ajustes de avaliação patrimonial	- 161.335.199,05
Prejuízos acumulados	- 4.230.389.257,68

TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO **- 3.546.214.855,90**

TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO **1.576.307.163,93**

Anexo II

Resumo das principais práticas contábeis adotadas

Nos termos das notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 divulgadas pela Eletrosul, a seguir são resumidas as principais práticas contábeis adotadas pela Companhia.

1. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando o custo histórico como base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária prevista na Lei nº 6.404/1976.
2. Os ativos e passivos são reconhecidos com base no regime de competência, atualizados quando aplicável e contratualmente exigidos.
3. O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de impairment provisionado acumulado para os ativos da CGTEE, perfaz o total de R\$ 456.712.000,00.
4. Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias nos termos contratuais. Os financiamentos e empréstimos não geram gravames sobre os bens patrimoniais da Companhia.
5. As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando o desembolso de caixa é tido como provável. Quando o passivo for classificado como possível, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. As estimativas e premissas são baseadas na experiência histórica e em outros fatores que a Companhia entende como razoáveis e relevantes para os registros contábeis e a adequada apresentação nas demonstrações financeiras.
6. Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.